

## **Embromações transparentes**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

O governo parece ter partido para a adoção de táticas baratas para protelar, na medida do possível, o clímax da crise que um número crescente de analistas acredita ser inexorável.

No cenário interno, o último lance foi a ressurreição do chamado Conselho, que reúne não menos de 92 “personalidades” que colaborariam com o governo na definição de políticas que supostamente levariam o Brasil de volta ao bom caminho. Trata-se da retomada de uma ideia que havia vicejado sob Lula e havia mostrado ser completamente delirante e inócua. Tanto que foi abandonada como expediente de manipulação da opinião pública. Imagina-se que o governo poderia pensar que a opinião pública levaria a sério o que se “decidisse” naquele foro em vista de sua alegada representatividade, ao reunir empresários, líderes sindicais, acadêmicos e outros que a fantasia petista imaginasse que pudessem representares interesses coletivos.

Não é que se possa censurar exclusivamente o governo por causa da crença em tais foros pretensamente representativos, O artifício reflete urna fraqueza nacional. As câmaras setoriais dos anos 1990 antecipavam esse tipo de manipulação da opinião pública em foros que em geral excluía representantes dos agentes econômicos que pagavam as contas. Talvez o melhor exemplo seja o setor automotivo, pois a câmara relevante incluía a cadeia produtiva, mas não os consumidores que arcavam com o custo da alta proteção.

Na última reunião do Conselho houve a tentativa do governo de legitimar proposta de estimular o consumo por meio da ampliação de crédito de bancos públicos, além de abrir espaço para a utilização de depósitos do FGTS como garantia de crédito consignado. Como ressaltado por diversos analistas, trata-se do retomo escancarado à nova matriz macroeconômica. É inevitável que se cite o Barão de Itararé e sua surrada boutade de que de onde menos se espera é dali mesmo que não sai nada.

O governo tentou minimizar as implicações da substituição de Joaquim Levy por Nelson Barbosa, vendendo aos mercados que Barbosa havia tido a sua epifania na estrada de Damasco e se havia convertido às virtudes da política macroeconômica prudente. Os últimos desdobramentos indicam que, ao contrário, o governo cedeu às pressões do PT e persiste na trajetória que levou o País à beira do abismo. E o mantém em posição periclitante desde o fim de ao 15, na esteira da inépcia da política econômica, especialmente no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff. É incrível, mas os responsáveis pela obra continuam no comando da política econômica.

A tentativa de tornar crível um súbito ataque de seriedade por pane dos estrategistas da lambança tem enfrentado a descrença zombeteira dos observadores internacionais. O Fórum Econômico Mundial em Davos pode suscitar críticas pertinentes quanto ao caráter, no melhor dos casos inconclusivo, de suas reuniões, mas serve de termômetro fidedigno para aferir a avaliação das lideranças do setor privado nas economias desenvolvidas quanto à credibilidade

das afirmações de ministros de economias “emergentes”. O ministro Barbosa teve o seu discurso recheado de declarações de intenções prudentes recebido com total descrença. E, dado o seu retrospecto, é surpreendente que tenha se exposto a tal situação, E não é que a plateia fosse muito exigente como atesta a grande receptividade às declarações de intenções do novo presidente argentino.

A estratégia adotada pelo governo de ganhar tempo a qualquer custo é incompatível com a duração do mandato restante de Dilma Rousseff. Dada a baixa probabilidade de uma melhora significativa da economia e o progresso da Operação Lava Jato, não vai ser a repetição de truques midiáticos que vai protelar o desfecho até o fim de 2018. Não se sabe quando e como será o que em engenharia de materiais se chama o ponto de escoamento – isto é, quando ocorrerá deformação irrecuperável do corpo de prova –, mas a situação atual é insustentável,

\* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.